

3A Mining S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2023

Ref.: Relatório nº 2487Q-017-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Quotistas da
3A Mining S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da 3A Mining S.A. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Ricardo Akira Matsunaga
Contador CRC 1SP-296.382/O-1

3A Mining S.A.

Balanço patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

Ativo

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.182.114	4.790.245
Contas a receber	5	1.012.705	-
Estoques	6	21.264.028	935.257
Tributos a recuperar	7	2.484.474	2.639.038
Adiantamentos a fornecedores	-	250.782	244.086
Despesas antecipadas	-	188.556	264.002
Outros	-	10.470	-
Total do ativo circulante		28.393.129	8.872.628
Ativo não circulante			
Aplicações/capitalização - LP	-	200.370	-
Despesas antecipadas - Longo prazo	-	15.215	20.648
Depósitos judiciais	11	236.110	-
Tributos a recuperar - LP	7	631.205	853.482
Direito de uso de ativos	10	4.635.620	635.190
Imobilizado	8	44.291.766	38.320.903
Intangível	9	2.040.074	2.112.222
Total do ativo não circulante		52.050.359	41.942.445
Total do ativo		80.443.488	50.815.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3A Mining S.A.

Balanço patrimonial para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores	12	10.703.014	6.687.885
Salários e obrigações trabalhistas	13	1.525.044	725.652
Tributos a recolher	14	445.618	201.518
Empréstimos e financiamentos	15	8.041.743	-
Passivos de arrendamento	10	388.079	227.497
Outras contas a pagar	-	15.844	-
Total do passivo circulante		21.119.342	7.842.552
Passivo não circulante			
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	11	181.108	-
Passivo de arrendamento	10	4.480.454	503.573
Empréstimos e financiamentos	15	3.042.722	-
Total do passivo não circulante		7.704.284	503.573
Patrimônio líquido			
Capital social	16	95.931.446	49.931.446
Adiantamentos para futuro aumento de capital	16.4	5.000.000	15.500.000
Prejuízos acumulados	-	(49.311.584)	(22.962.498)
Total do patrimônio líquido		51.619.862	42.468.948
Total do passivo e patrimônio líquido		80.443.488	50.815.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3A Mining S.A.

Demonstração do resultado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	20	37.333.308	-
Custos da mercadoria vendida		(23.681.463)	-
Lucro bruto		13.651.846	-
Receitas e despesas operacionais			
Despesas administrativas	17	(41.222.164)	(19.122.874)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	1.710.270	(502.496)
Total de despesas		(39.511.894)	(19.625.370)
Receita (despesas) financeiras	18	(489.038)	(8.556)
Resultado financeiro		(489.038)	(8.556)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(26.349.086)	(19.633.926)
Imposto de renda e contribuição social - Correntes DRE	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos DRE	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		(26.349.086)	(19.633.926)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3A Mining S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo líquido do exercício	(26.349.086)	(19.633.926)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(26.349.086)	(19.633.926)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3A Mining S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Capital social	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.038.328	9.491.317	(3.328.572)	10.201.073
Prejuízo do exercício	-	-	(19.633.926)	(19.633.926)
Adiantamento para Aumento Futuro de Capital (AFAC)	-	51.901.801	-	51.901.801
Aumento de capital social	45.893.118	(45.893.118)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	49.931.446	15.500.000	(22.962.498)	42.468.948
Prejuízo do exercício	-	-	(26.349.086)	(26.349.086)
Aumento de capital social	46.000.000	(10.500.000)	-	35.500.000
Saldo em 31 de dezembro de 2023	95.931.446	5.000.000	(49.311.584)	51.619.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3A Mining S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		(26.349.086)	(19.633.926)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalente de caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	8 e 9	2.376.999	568.725
Depreciação e amortização - Arrendamento	10.3	340.096	-
Despesa financeira e ajuste a valor presente	10.2	399.258	110.235
Despesas de juros	15	31.150	-
Variação cambial	15	(23.071)	-
Provisão para riscos	11	181.108	-
Baixa imobilizado/intangível	8 e 9	799.444	75.581
Baixa Direito de Uso		15.083	-
Total		(22.229.019)	(18.879.385)
(Acréscimo) decréscimo de ativos e passivos:			
Contas a receber		(1.012.705)	-
Adiantamentos a fornecedores		(6.696)	242.918
Estoques		(20.328.771)	(935.257)
Tributos a recuperar		376.841	(3.447.121)
Despesas antecipadas		80.880	(284.650)
Outras contas a receber		(10.470)	-
Depósitos judiciais		(236.110)	-
Fornecedores		4.015.129	6.406.588
Salários e obrigações trabalhistas		799.391	674.200
Tributos a recolher		244.100	127.948
Outras contas a pagar		15.844	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(38.291.586)	(16.094.759)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado/intangível	8 e 9	(9.090.241)	(31.368.688)
Aplicações/capitalização - LP		(200.370)	-
Baixa de imobilizado		-	2.382
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(9.290.611)	(31.366.306)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		35.500.000	51.901.802
Pagamento de passivo de arrendamento	10.2	(602.321)	(317.800)
Aquisição - empréstimos a pagar	15	11.114.000	-
Pagamento de empréstimos	15	(37.614)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		45.974.065	51.584.002
Redução de caixas e equivalentes de caixa		(1.608.132)	4.122.936
No início do exercício		4.790.245	667.309
No final do exercício		3.182.114	4.790.245
Redução de caixas e equivalentes de caixa		(1.608.132)	4.122.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

(0)

(0)

1. Contexto operacional

A 3A Mining S.A. é uma empresa de produção de minério de ferro focada na operação e desenvolvimento de propriedades de mineração no Brasil. A Companhia está sediada no município de São Paulo (SP), na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, número 105, bairro Vila Olímpia, Edifício Berrini One, e subsidiária no município de Corumbá (MS), Rodovia BR 262, Km 18, S/N, área rural de Corumbá.

Em 2023, a Empresa registrou receitas de R\$ 45.068 referentes às vendas executadas, no mercado interno no montante de 80.121 toneladas de minério de ferro, e no mercado externo no montante de 37.378 toneladas.

A Empresa encerrou o exercício fiscal de 2023 com 128 funcionários, tendo produzido 187.946 toneladas de produto ao longo do ano.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em 22 de agosto de 2024 foi autorizada pela Administração da Empresa a emissão destas demonstrações financeiras. Após a sua emissão, apenas os acionistas têm poderes para alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8** – Vida útil do ativo imobilizado e respectiva recuperabilidade nas operações;
- **Nota Explicativa nº 9** – Prazo e taxa dos ativos e passivos registrados como arrendamento mercantil; e
- **Nota Explicativa nº 10** – Provisão para demandas judiciais e administrativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3. Políticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis da Empresa.

3.1. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

3.1.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

3.1.2. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e as taxas vigentes nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras, com liquidez diária, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis.

A estimativa de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na perda esperada, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

3.4. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição e produção e inclui gastos incorridos na aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los as suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

3.5. Tributação

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Empresa opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos aos itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Não há saldos de IR diferido reconhecidos em 31 de dezembro de 2022.

3.6. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e das perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

Juros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção e ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros e em que data estejam prontos para determinarem suas funções de acordo com a forma pretendida pela Empresa.

Custos de desenvolvimento de novas jazidas de minério

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação, são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

3.7. Impairment de ativos financeiros

A Empresa avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Empresa aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

3.8. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas, para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos.

3.9. Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração

i) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros da Empresa e suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas e outros créditos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida com partes relacionadas)

A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas e outras obrigações.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Empresa não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Empresa. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Foram classificados nessa categoria outras obrigações.

3.10. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Receitas

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas.

Venda de mercadorias

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que o cliente passa a ter controle sobre os produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos mesmos.

A receita operacional de vendas, no curso normal das atividades, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de descontos comerciais.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional.

3.11. Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no exercício

Em 2023, a Empresa avaliou as emendas e novas interpretações que entram em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2023. As principais alterações são:

- Alterações ao CPC 23(R2), Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- Alteração ao CPC 26 (R5), Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- Alteração ao IFRS Practice Statement 2, Making Materiality Judgments;
- Alterações ao CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o lucro – CPC 32. Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultante de uma única transação.

A adoção dessas normas não resultou em impactos nas demonstrações contábeis.

Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Empresa está avaliando junto a seus assessores jurídicos eventuais impactos.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Empresa, estão descritas a seguir.

A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis, quando entrarem em vigor.

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)
- Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante
- Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7
- Alterações à IFRS 10 e a IAS 28/ CPC 18 (R2)
- Alterações à IAS 21 e CPC 02 (R3)

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis divulgadas pela Empresa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em fundos DI e Certificados de Depósito Bancário, com liquidez diária, remunerados à taxa 95% a 102% do CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Caixa	16	452
Bancos - conta corrente	1.144	20
Bancos - aplicações financeiras	3.180.954	4.789.773
Total	3.182.114	4.790.245

5. Clientes

Em 2023, foram iniciadas as primeiras vendas, tanto no mercado interno como no externo.

	2023	2022
Clientes nacionais e estrangeiros	1.012.705	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Total	1.012.705	-

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	1.012.705	-
Vencidos		
Até dias 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
Superior a 90 dias	-	-
Total	1.012.705	-

A administração da Empresa entende que a provisão para perda de crédito esperada é registrada, quando necessário, pelo valor suficiente para resguardar quanto a eventuais perdas no recebimento das contas a receber de clientes.

6. Estoques

Em 2023, finalizamos com saldo de estoque de produtos, devido início das atividades no ano.

	2023	2022
Estoques de minério	18.082.195	-
Almoxarifado	3.181.833	693.162
Compra para entrega futura	-	242.095
Total	21.264.028	935.257

7. Tributos a recuperar

	2023	2022
PIS	403.258	439.801
Cofins	1.850.555	2.024.128
ICMS - CIAP	770.760	993.037
Outros tributos a recuperar	91.106	35.554
Total	3.115.679	3.492.520
Circulante	2.484.474	2.639.038
Não circulante	631.205	853.482
Total	3.115.679	3.492.520

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

Os saldos finais do imobilizado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são compostos da seguinte forma:

	Taxa média anual de depreciação (%)	31/12/2023				31/12/2022		
		Custo	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	6.202.144	-	-	-	-	6.202.144	6.202.144
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	379.529	-	-	(379.529)	-	-	359.787
Veículos	20	1.428.143	159.000	-	-	(525.210)	1.061.933	1.208.276
Ferramentas	10	147.277	250.513	-	-	(34.021)	363.769	140.920
Jazidas	-	2.136.401	-	-	-	-	2.136.401	2.136.401
Máquinas e equipamentos	10	2.947.389	2.268.124	-	7.200.086	(1.172.998)	11.242.601	3.266.922
Móveis e utensílios	10	293.596	1.047.974	-	-	(83.763)	1.257.807	279.498
Obras civis	4	20.695.497	4.593.170	-	(5.813.330)	(553.788)	18.921.549	20.695.497
Construções em andamento/ adiantamento forn. imob.	-	4.016.375	-	(799.444)	(1.386.757)	-	1.830.174	4.016.375
Instalações	10	-	-	-	83.538	(13.012)	70.526	-
Computadores e periféricos	10	374.718	372.575	-	-	(156.319)	590.974	-
Edifícios e construções de terceiros	-	-	-	-	295.992	(71.268)	224.724	-
Itens para reposição	-	-	389.164	-	-	-	389.164	-
Total	-	38.621.069	9.080.520	(799.444)	-	(2.610.377)	44.291.766	38.305.820

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo em 01 de janeiro	38.305.820	7.760.473
Aquisições	9.080.520	30.936.177
Depreciação (ano)	(2.295.129)	(315.249)
Baixas	(799.444)	(75.581)
Saldo em 31 de dezembro	44.291.767	38.305.820

9. Intangível

Os saldos finais do intangível dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são compostos da seguinte forma:

	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2023			31/12/2022	
		Custo	Aquisições	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de lavra	-	1.669.294	-	-	1.669.294	1.669.294
Software	20	446.654	4.998	(85.596)	366.056	442.928
Marcas e patentes	-	-	4.724	-	4.724	-
Total		2.115.948	9.722	(85.596)	2.040.074	2.112.222

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo em 01 de janeiro	2.112.222	1.671.676
Aquisições	9.722	446.654
Baixas	-	(2.382)
Depreciação (ano)	(81.870)	(3.726)
Saldo em 31 de dezembro	2.040.074	2.112.222

10. Arrendamentos

A mensuração do passivo de arrendamento é composta pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento.

Ativo direito de uso	2023	2022
Terrenos	4.635.620	246.154
Imóveis	-	404.119
Total	4.635.620	650.273

Passivo de arrendamento	2023	2022
Terrenos	4.868.533	373.214
Imóveis	-	357.856
Total	4.868.533	731.070

A empresa reconheceu nas contas do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento conforme a seguir:

10.1. Direito de uso

Descrição	Taxa média de juros ano (%)	2023				Valor residual
		Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação do período	
Direito de uso	1,30% a 1,50%	650.273	5.075.865	(750.422)	(340.096)	4.635.620
Total		650.273	5.075.865	(750.422)	(340.096)	4.635.620

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2021	472.560
(+) Adições	404.119
(+) Correção ajuste IGPM	26.982
(-) Depreciação do direito de uso	(253.388)
Em 31 de dezembro de 2022	650.273
(+) Adições	5.075.865
(-) Baixas	(750.422)
(-) Depreciação do direito de uso	(340.096)
Em 31 de dezembro de 2023	4.635.620

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Regularização Saldo / baixa	Adições	Pagamentos	Juros do período (AVP)	Valor residual
Arrendamentos a pagar	731.070	(735.339)	5.075.865	(602.321)	399.258	4.868.533
Total	731.070	(735.339)	5.075.865	(602.321)	399.258	4.868.533

10.2. Passivo de arrendamento

	Arrendamento aluguéis
Em 31 de dezembro de 2021	497.029
(+) Adições	441.606
(+) Correção ajuste IGPM	47.168
(+) Ajuste despesas financeiras	63.067
(-) Pagamentos	(317.800)
Em 31 de dezembro de 2022	731.070
(+) Adições	5.075.865
(+) Juros do Período AVP	399.258
(-) Pagamentos	(602.321)
(-) Regularização dos saldos/baixas	(735.339)
Em 31 de dezembro de 2023	4.868.533
Curto prazo	388.079
Longo prazo	4.480.454

10.3. Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

	2023	2022
Depreciação de direitos de uso	340.096	253.388
Juros do período (AVP)	399.258	124.306
Total direito de uso reconhecido no resultado	739.354	377.694
Despesas ligadas a pagamentos de arrendamentos variáveis, não incluídos em passivos de arrendamentos	1.113.845	1.196.640
Total	1.853.199	1.574.334

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Empresa é parte integrante de processos judiciais no âmbito trabalhista, que surgem no curso normal de suas operações.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Empresa constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos em andamento cujas chances de perda são consideradas prováveis e possíveis:

	31/12/2022	Adições	Baixa e pagamentos	31/12/2023
Trabalhistas	-	-	-	-
Risco provável	-	181.108	-	181.108
Risco possível	21.913	42.393	-	64.306
Total	21.913	223.501	-	245.414

A Empresa possui depósitos judiciais efetuados sobre processos trabalhistas, no valor de R\$ 236.110.

12. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores	10.703.014	6.687.885
Total	10.703.014	6.687.885

Os valores registrados são, substancialmente, representados por saldos a pagar a fornecedores nacionais em razão da aquisição de materiais e serviços contratados no curso normal das operações da Empresa.

13. Salários e obrigações trabalhistas

	2023	2022
Salários e 13º salários a pagar	329.436	-
INSS	262.033	249.050
FGTS	159.514	42.388
Férias e encargos	774.061	434.214
Total	1.525.044	725.652

14. Tributos a recolher

	2023	2022
ICMS a recolher	133.098	-
CFEM a recolher	54.356	-
TFRM a recolher	3.571	-
IRRF sobre folha de pagamento	140.184	-
Tributos retidos	114.409	201.518
Total	445.618	201.518

15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos foram captados com a finalidade de subsidiar as exportações e capital de giro da Empresa.

	Taxa de juros (a.a.)	Vencimentos	Garantias	2023	2022
Aquisição ACC - Itaú Contrato nº 380101094	8,63%	15/05/2024	Clean	2.439.000	-
Aquisição ACC - Itaú Contrato nº 385950396	8,63%	19/06/2024	Aplic. Financeira	2.425.000	-
Aquisição empréstimo capital giro Itaú Contrato nº 03601382-9	DI-over-Cetip + 4,04%	06/10/2025	Aplic. Financeira	6.250.000	-
Variação cambial				(23.071)	-
Juros financiamentos/empréstimos				31.150	-
Pagamento de empréstimos				(37.614)	-
Total				11.084.465	-

	2023	2022
Empréstimos/financiamentos	11.084.465	-
Circulante	8.041.743	-
Não Circulante	3.042.722	-

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações no valor de R\$1,00 (unidade de um real cada), estando assim dividido:

Acionista	2023	2022
Alexandre Mendonça Wald	47.965.723	24.965.723
Arnoldo Wald Filho	47.965.723	24.965.723
Total	95.931.446	49.931.446

Em 24 de Outubro de 2023 conforme AGOE, aprovou aumento de Capital Social da Companhia.

16.2. Reserva de capital

Não houve constituição de reserva de capital em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

16.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Como a Empresa encontra-se em prejuízo operacional, não destinou reserva em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.4. Adiantamento para futuro aumento de capital

O montante de R\$5.000.000 em 31 de dezembro de 2023 refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital, efetuado pelos acionistas, os quais possui expectativa de integralização no transcorrer de 2024.

Acionista	2023	2022
Alexandre Mendonça Wald	2.500.000	7.750.000
Arnoldo Wald Filho	2.500.000	7.750.000
Total	5.000.000	15.500.000

Movimentação de AFAC dos Acionistas para Aumento de Capital

Acionista	Saldo 2022	AFAC	Integraliz. de AFAC	2023
Alexandre Mendonça Wald	7.750.000	(17.750.000)	(23.000.000)	(2.500.000)
Arnoldo Wald Filho	7.750.000	(17.750.000)	(23.000.000)	(2.500.000)
Total	15.500.000	(35.500.000)	(46.000.000)	(5.000.000)

Distribuição de lucros

O contrato social da Empresa não estipula dividendos mínimos obrigatórios. A administração da Empresa não aprovou o pagamento de dividendos nos anos de 2023 e 2022 nem foi feita provisão de JSCP, devido aos prejuízos incorridos nos exercícios.

17. Receitas operacionais líquidas

Abaixo seguem as receitas e as deduções aplicadas

	2023	2022
Receitas de Minério	45.067.551	-
Cancelamentos de vendas	(13.349)	-
Tributos incidentes s/ receitas (PIS, COFINS, ICMS)	(6.292.845)	-
CFEM s/Vendas	(1.354.241)	-
TFRM s/Vendas	(73.807)	-
Total	37.333.308	-

18. Custos Aplicados na Produção

	2023	2022
Consumo de Energia Elétrica	493.764	-
Custos com Pessoal	4.939.166	-
Consumo de Materiais	3.756.922	-
Serviços Contratados na Produção	11.737.151	-
Depreciação / Amortização	1.246.706	-
Custos Indiretos Aplicados na Produção	1.464.404	-
Outros	43.350	-
Total	23.681.463	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Despesas administrativas

A seguir demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

	2023	2022
Despesas com pessoal	7.639.889	6.203.872
Despesas com serviços prestados	1.196.973	4.859.007
Despesas diversas	2.288.994	2.243.977
Honorários advocatícios	1.117.462	1.939.261
Depreciação e amortização	536.631	570.896
Marketing	7.705	23.917
Viagens	833.948	838.225
Aluguéis e locações	683.153	1.196.640
Segurança e vigilância	56.120	903.324
Serviços técnicos e acessórias	2.554.082	20.319
Internet e telecomunicações	128.313	323.436
Impostos e taxas diversas	223.098	-
Despesas com fretes	23.774.688	-
Despesas com contingências	181.108	-
Total	41.222.164	19.122.874

20. Resultado financeiro

	2023	2022
Receita com aplicações financeiras	329.600	165.397
Variações cambiais ativas	268.635	-
Descontos obtidos	2.388	-
Juros recebidos	861	-
Outras receitas financeiras	-	20.218
Total	601.484	185.615

	2023	2022
Variações cambiais passivas	(414.486)	-
Despesas financeiras AVP	(399.258)	(124.306)
IOF	(182.295)	-
Juros de mora	(40.462)	-
Juros financiamentos/empréstimos	(31.150)	(69.865)
Descontos concedidos	(9.153)	-
Outras despesas financeiras	(13.718)	-
Total	(1.090.522)	(194.171)
Resultado financeiro	(489.038)	(8.556)

21. Gestão de riscos e instrumentos financeiros**21.1. Gestão de riscos**

O programa de gestão de risco global da Empresa concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central, que identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela equipe de análise de crédito regional. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

a) Risco de taxa de câmbio

A Empresa atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições em dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos registrados em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

b) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Empresa não tem ativos significativos em que incidam juros. A Empresa possui empréstimos de longo prazo captados no mercado sujeitos a flutuações nas taxas de juros.

c) Risco de liquidez

A Empresa monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a entidade tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido em contas bancárias.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento:

	Menos de 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	10.703.014	-	-	-	10.703.014
Empréstimos e financiamentos	8.041.743	3.042.722	-	-	11.084.465
Passivos de arrendamento	388.079	1.600.071	1.074.007	1.806.376	4.868.533
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	6.687.885	-	-	-	6.687.885
Passivos de arrendamento	227.497	385.469	118.104	-	731.070

21.2. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, créditos e débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outros créditos e débitos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é definido como sendo o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes relacionadas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

A empresa não mantinha contratos de instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

21.3. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar o capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

22. Seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23. Eventos subsequentes

Obtivemos a renovação da Guia de Utilização para 1.125.000 toneladas/ano em junho 2024.

Em 2024 tivemos a liquidação dos dois Contratos de ACC no 380101094 / 385950396 Banco Itaú S.A e obtivemos também novos empréstimos e Adiantamento Futuro para Aumento de Capital.

* * *